

# A ARISTOCRACIA INGLESA DO INÍCIO DA MODERNIDADE E A DISSOLUÇÃO DA NOBREZA FEUDAL

DOI: 10.5935/2177-6644.20170033

THE EARLY MODERN ENGLISH  
ARISTOCRACY AND THE FEUDAL  
NOBILITY DISSOLUTION

LA ARISTOCRACIA INGLESA DEL  
INICIO DE LA MODERNIDAD Y LA  
DISOLUCIÓN DE LA NOBLEZA  
FEUDAL

Lincoln D'Avila \*

**Resumo:** A proposta nesse texto é analisar as transformações comportamentais vivenciadas pela nobreza inglesa no início da Modernidade, especialmente no final do período elisabetano – na passagem entre os séculos XVI e XVII. A argumentação foi construída a partir dos pressupostos fornecidos por Nietzsche sobre o desenvolvimento histórico da moralidade e do uso do conceito de “tipo ideal” de Weber, na conceituação da tipologia social aristocrática analisada. Nessa direção foram analisadas as características do comportamento aristocrático do período Tudor, traçando paralelos com a aristocracia das dinastias anteriores e posteriores, considerando que o comportamento arquetípico da nobreza feudal se dava a partir de valores que privilegiavam aspectos categóricos em detrimento de questões utilitaristas, tomando por base os escritos de Lawrence Stone, Christopher Hill e Hugh Trevor-Roper.

**Palavras-chave:** Inglaterra. Nobreza. Modernidade. Moralidade.

**Abstract:** This text proposal is analyzing the English nobility behavioral changes experienced at the Early Modern, especially at the end of Elizabethan era - in the passage between the sixteenth and seventeenth centuries. The argument was constructed from the presuppositions provided by Nietzsche on the historical development of morality and the use of Weber's concept of the "ideal type" in the conceptualization of the analyzed aristocratic social typology. In this direction the aristocratic behavior from the Tudor period were analyzed drawing parallels with the aristocracy of the previous and later dynasties, considering that the feudal nobility archetypal behavior was based on values that favored categorical aspects to the detriment of utilitarian issues, based on Lawrence Stone, Christopher Hill and Hugh Trevor-Roper writings.

**Keywords:** England. Nobility. Modernity. Morality.

**Resumen:** La propuesta en este texto es analizar las transformaciones comportamentales vivenciadas por la nobleza inglesa al inicio de la Modernidad, especialmente al final del período elisabetano – en el paso entre los siglos XVI y XVII. La argumentación fue construida a partir de los supuestos proporcionados por Nietzsche sobre el desarrollo histórico de la moralidad y del uso del concepto de "tipo ideal" de Weber, en la conceptualización de la tipología social aristocrática analizada. En esa dirección se analizaron las características del comportamiento aristocrático del período Tudor, trazando paralelos con la aristocracia de las dinastías anteriores y posteriores, considerando que el comportamiento arquetípico de la nobleza feudal se daba a partir de valores que privilegiaba aspectos categóricos en detrimento de cuestiones utilitaristas, basada en los escritos de Lawrence Stone, Christopher Hill y Hugh Trevor-Roper.

**Palabras clave:** Inglaterra. Nobleza. Modernidad. Moralidad.

\* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá e docente da Educação Básica vinculado à SEED-PR. E-mail: lincolndavila@gmail.com

## Introdução

No final do século XIX, Friedrich Nietzsche desenvolveu os primeiros estudos histórico-filosóficos sobre valores morais de grande impacto no Ocidente, raciocinando a partir de realidades concretas observadas etimologicamente no lugar de pressupostos metafísicos deduzidos abstratamente; divergindo assim da ortodoxia metafísica estabelecida a partir de Platão – que pressupõe a existência de uma ética universal e atemporal. Essa investigação originou o último capítulo da obra *Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro* (“O que é nobre?”) e o livro *Genealogia da Moral: Uma Polêmica* (composto por três dissertações). Na primeira dissertação da *Genealogia da Moral* o autor conclui sua tese com uma nota, urgindo às universidades europeias que instituíssem concursos acadêmicos para responderem à questão: “Que indicações fornece a ciência da linguagem, em especial a pesquisa etimológica, para a história da evolução dos conceitos morais?” (NIETZSCHE, 1998, p. 45).

Devido às suas pesquisas filológicas Nietzsche concluíra que os eruditos ingleses que escreviam sobre a moralidade estavam interpretando as origens dos parâmetros comportamentais equivocadamente – ao associarem *nobreza* a utilidade, bem comum e altruísmo (NIETZSCHE, 1998, p. 18-9). A moralidade que se desenvolvera em torna das valorações próprias a esses elementos não seria a da aristocracia, mas sim a dos que eram oprimidos por ela (primordialmente os escravos, e, extensivamente, todos que constroem sua perspectiva existencial a partir de necessidades – mais que de instintos e impulsos auto afirmativos oriundos da sua própria “vontade de poder” [*Wille zur Macht*<sup>1</sup>] – derivadas das constatações relacionadas ao *outro* e suas implicações conformativas e auto limitadoras, como no caso de inúmeros *homens de negócios* ao longo das diferentes eras e espaços). No olhar desse filósofo, a última nobreza *verdadeira* detentora de poder no mundo ocidental teria sido a francesa (NIETZSCHE, 1998, p. 43-5), até seu colapso sócio-político no final do século XVIII, desde então *nobreza* poderia ser um adjetivo identificado individualmente – como Nietzsche faz com Napoleão (NIETZSCHE, 1998, p. 45) – não em uma classe, como nos antigos esparciatas.

---

<sup>1</sup> Esse conceito de Nietzsche pressupõe que a motivação primordial dos seres vivos não é a “preservação da espécie”, mas sim dar “vazão à própria força” – a preservação da espécie seria uma consequência disso. Ver os aforismos 13, 36 e 259 da obra *Além do Bem e do Mal* (NIETZSCHE, 1992).

Partindo da concepção nietzschiana quanto às características gerais da aristocracia<sup>2</sup> temos como pressuposto a noção de que as motivações nobiliárquicas tendem a serem fundamentalmente autocentradas, egoísticas, autônomas<sup>3</sup> e categóricas, e não construídas em função do *outro*, altruísticas<sup>4</sup>, heterônomas e utilitárias:

Há uma *moral dos senhores* e uma *moral de escravos*; [...] As diferenciações morais de valor se originaram ou dentro de uma espécie dominante, que se tornou agradavelmente cônica da sua diferença em relação à dominada – ou entre os dominados, os escravos e dependentes de qualquer grau. No primeiro caso, quando os dominantes determinam o conceito de “bom” e “ruim” significa tanto quanto “nobre” e “desprezível” – a oposição “bom” e “mau” tem outra origem. Despreza-se o covarde, o medroso, o mesquinho, o que pensa na estreita utilidade; assim como o desconfiado, com seu olhar obstruído, o que rebaixa a si mesmo, a espécie canina de homem, que se deixa maltratar, o adulator que mendiga, e sobretudo o mentiroso – é crença básica de todos os aristocratas que o povo comum é mentiroso. [...] A moral dos escravos é essencialmente uma moral de utilidade. Aqui está o foco de origem da famosa oposição “bom” e “mau” – no que é mau se sente poder e periculosidade, uma certa terribilidade, sutileza e força que não permite o desprezo. Logo, segundo a moral dos escravos o “mau” inspira o medo; segundo a moral dos senhores é precisamente o “bom” que desperta e quer despertar medo, enquanto o homem “ruim”<sup>5</sup> é sentido como desprezível (NIETZSCHE, 1992, p. 172-4).

A tipologia moral de Nietzsche não divide, necessariamente, as pessoas em função de sua posição social – mas sim, essencialmente, de acordo com sua *configuração psíquica*. Em *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche comenta que no período em que vivia muitas vezes traços de nobreza eram mais identificáveis entre camponeses que entre detentores de títulos aristocráticos (NIETZSCHE, 1998, p. 180). Além disso, Nietzsche também deixa claro que sua tipologia é uma construção teórica geral: tanto pessoas como povos apresentam mesclas, tentativas de mediação e coexistência das duas morais

<sup>2</sup> Presente fundamentalmente na “Primeira Dissertação”, sobretudo nos aforismos 2, 4, 7, 10 e 16 da obra *Genealogia da Moral* (NIETZSCHE, 1998) e no último capítulo do livro *Além do Bem e do Mal* (“O que é nobre?”), destacando-se os aforismos 257, 260, 263, 265, 273 e 287 (NIETZSCHE, 1992).

<sup>3</sup> Nos sentidos político e cultural, uma vez que, economicamente, a nobreza – dentro dos parâmetros apresentados por Nietzsche como fundamentais à mesma – sempre dependeu da exploração e apoio de clientes, escravos e servos. Ainda assim, devemos considerar que a posição social, nas sociedades estamentais, é heterônoma e determinada pelo nascimento, aspecto que limita a relativa autonomia pressuposta na clássica *nobreza de espada* em função do peso das tradições nesse tipo de sociedade.

<sup>4</sup> Isso não implica em que *escravos* ou *homens de negócios* sejam altruístas, na verdade – segundo Nietzsche – o que ocorreu foi que a condenação do egoísmo, que passou a ser associado à nobreza europeia principalmente após a Guerra dos Trinta Anos (1618-48), polarizou o altruísmo que passou a ser invocado como virtude principalmente para condenar os privilégios aristocráticos (1998, p. 18-20).

<sup>5</sup> “Ruim” nesse caso é o antônimo de bom/excelente, não algo relacionado à ruindade ou maldade.

(NIETZSCHE, 1998, p. 172). Essa ferramenta metodológico-epistemológica *funciona* de forma análoga ao que viria a ser o “tipo ideal” weberiano, apresentado em *A objetividade do conhecimento na ciência política e na ciência social*; e, utilizado por Sérgio Buarque de Holanda para a construção conceitual de seu *homem cordial*.

Tomando esses estudos como referenciais epistemológicos e considerando as características das transformações sociais vividas pela nobreza entre os séculos XV a XVII, acreditamos que é possível identificar o tipo nobre existente na Inglaterra do final da Idade Média como um ser que dá primazia aquilo que considera como bom *em si*, bom categoricamente, graças a sua posição social privilegiada – em detrimento daquilo que considera bom em função de sua utilidade (provavelmente, não necessariamente em função de deliberações mentais, mas simplesmente pela possibilidade sócio-política e pela força da tradição), de maneira que o nomearemos como *homem categórico*. De acordo com os estudos de historiadores de diferentes perspectivas, como Lawrence Stone, Christopher Hill e Hugh Trevor-Roper, a tipologia de Nietzsche sobre a *moral dos senhores* pode ser associada aos padrões comportamentais da nobreza inglesa até o início da Modernidade, quando a dinastia Tudor, de origem galesa, conquista o trono e passa a consolidar a presença plebeia no Estado, em detrimento da nobreza.

A hipótese que apresentamos aqui é a de que na Inglaterra do início da Modernidade, o comportamento da alta nobreza inglesa estava mudando quanto a seus componentes essenciais<sup>6</sup>; acentuadamente a partir da segunda metade do século XVI, com a acentuação do valor da *utilidade* e do *mérito* das coisas. Por outro lado, contraditoriamente à maior valorização do utilitarismo e da meritocracia, a invocação da hereditariedade – por parte de uma aristocracia empobrecida e decadente – como distintivo social tornou-se mais intensa e explícita; que nos tempos em que os homens que consideravam o *bellum* e o *otium* como valores categóricos sequer imaginavam que um dia disputariam o poder com homens que valorizavam os frutos dos negócios e a burocratização. Feito a aristocracia desde os tempos dos Plantagenetas até o século XV; que podia se dar ao luxo de relegar questões econômicas e utilitárias a um segundo plano, graças a seu poderio político-militar.

---

<sup>6</sup> Valorização de ações e pensamentos em função de suas condições categóricas (que valem por si) e desprezo por aquilo que é utilitário (que vale pelo que traz).

A aristocracia dominara hegemonicamente a política inglesa, até o início dos governos Tudors<sup>7</sup>, em 1485. As raízes do poder da nobreza inglesa da Modernidade remontam à invasão da Inglaterra pelos normandos, em 1066 – num exemplo que Weber poderia classificar, dentro de uma das seis possibilidades [por ele identificadas] de formação da propriedade senhorial:

O outro procedimento de diferenciação interna é o da conquista e *subjugação de uma povoação inimiga*. Primitivamente, o inimigo vencido era sacrificado e, algumas vezes, em meio de orgias canibalescas. Somente de modo indireto generalizou-se a sua utilização como mão-de-obra, e sua transformação numa camada obrigada a pagar pesados tributos. Deste modo, surgiu uma camada de “senhores corporais”, que, devido ao seu domínio sobre seres humanos, se viram em condições de desenvolver o desbravamento e cultivo das terras, o que não era tão fácil, então, aos simples homens livres. A camada social dos escravos ou dos servos pôde ser utilizada em forma comunal quando tais escravos permaneceram em posse da comunidade, e foram empregados para a exploração econômica coletiva da terra, como ocorreu, em parte, com os ilotas, em Esparta; ou individualmente, destinando-os, via de regra, a senhores corporais para exploração individual da terra. Esta foi a origem de uma *nobreza de conquistadores* (WEBER, 2006, p. 72).

Quando o duque da Normandia, Willieme I; descendente dos invasores vikings que haviam se estabelecido no norte da França, chamado entre os ingleses de William I, “*the Conqueror*”; tomou a coroa inglesa do anglo-saxão Harold Godwinson (Harold II), ele distribuiu as terras inglesas e galesas entre seus vassalos. William organizou o sistema feudal inglês, com o intuito de consolidar sua conquista. O novo rei determinou que legalmente a *propriedade* das terras conquistadas fosse sua, mas o *controle* das mesmas seria feita pelos seus representantes: um grupo de duzentos nobres franceses (e dois saxões remanescentes subjugados) instalados nas dezenas de castelos que estavam sendo erguidos. Esse novo grupo aristocrático devia reportar-se ao rei em relação às áreas sob sua responsabilidade, nos conselhos convocados pelo mesmo (PHILLIPS, 2010, p. 36) – essa é a principal raiz do que viria a ser a Casa dos Lordes, no Parlamento inglês.

### **A decadência da nobreza feudal inglesa**

No final do século XIV, os Plantagenetas se dividiriam entre dois ramos em disputa pela coroa: Lancaster e York. Isso traria importantes consequências econômicas

<sup>7</sup> Cf. STONE, 2000, p. 116-118; STONE, 1977, p. 96-99; HILL, 1985, p. 49-51; ZIERER, 1978, p. 49.

e políticas à nobreza feudal. O Duque de Lancaster, com amplo apoio dos pares<sup>8</sup> tomou o trono do seu primo, largamente odiado, Ricardo II, em 1399, tornando-se Henrique IV. Ambos eram netos do monarca Plantageneta Edward III. Contudo, Henrique IV descendia de um dos filhos mais novos de Edward III – enquanto Ricardo II era filho do primogênito de Edward III. A coroação de Henrique VI, com apenas sete anos (em 1429), foi o embrião dos conflitos que se esboçavam desde a deposição de Ricardo II.

A demência temporária de Henrique VI levou seu primo, o Duque de York, à regência entre 1453-4. Contudo, o rei expulsou York da Corte ao recuperar a lucidez. A soma do descontentamento diante dos problemas emocionais do rei com os reveses ingleses nas últimas décadas da Guerra dos Cem Anos – aliados à desconfiança que muitos tinham quanto à influência da rainha, Margarida de Anjou (casa que guerreava com os ingleses pelo controle de vários territórios franceses) – fomentou o ataque inicial dos York aos Lancaster. Assim começava a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), que empobreceu e enfraqueceu militarmente a aristocracia tradicional, dividida entre as facções que disputavam o trono. Até o período da Revolução Inglesa, além de sofrer a decadência financeira e militar, a nobreza feudal de origem normanda ainda viria a perder muita influência política e cultural.

Henrique Tudor – nobre galês partidário dos Lancaster – conquistou a Coroa via guerra, em 1485, e casou-se com a princesa de York, acabando com a guerra nobiliárquica e iniciando uma nova dinastia. Sua ascensão modificou a organização política inglesa. A partir de então começou a ocorrer um monopólio da violência por parte do Estado. Foi o primeiro grande golpe na importância política da aristocracia tradicional. Os Tudors jamais conseguiriam chegar a manter um exército profissional e permanente. Mas, apenas dois anos após iniciar seu governo, em 1487, Henrique VII criou um estatuto que proibia aos nobres manter grupos de servos armados e fardados (ZIERER, 1978, p. 49).

Os três Tudors que governaram por mais tempo: Henrique VII, Henrique VIII e Elizabeth, escolheram seus principais assessores fora da nobreza tradicional. Dessa

---

<sup>8</sup> *Peerage*, ou, o grupo dos pares, é constituído pela nobreza hereditária (duques, marqueses, condes, viscondes e barões, tratados com o prenome *Lord*; que passam os títulos a seus descendentes e são politicamente representados na *House of Lords*. Ao contrário da “pequena nobreza”, chamada atualmente de *life peerage*, identificada nos tempos elisabetanos como *gentry* [pelos historiadores da Modernidade Inglesa], constituída pelos cavaleiros e baronetes – titulação criada no período Stuart como forma de angariar numerário para a Coroa – tratados pelo prenome *Sir*, e que apenas no mundo contemporâneo passou a ter direito a ser apontada para ocupar assentos na “Câmara Alta” do Parlamento inglês).

forma, evitaram fortalecer politicamente possíveis rivais e se apoiaram em conselheiros que dependiam de seus favores e proteção para manterem sua posição social. As famílias que vinham da aristocracia latifundiária não tinham essa dependência financeira, em relação à Coroa, até que a inflação começasse a corroer suas rendas – a partir de meados do século XVI (STONE, 1977, p. 71-6; HILL, 1985, p. 26-7). Henrique VII teve como principal ministro Edmund Dudley, jurista oriundo da pequena nobreza. Seu filho, Henrique VIII, teve como principais ministros primeiro o clérigo Thomas Wolsey, filho de um grande mercador de carnes, e, posteriormente Thomas Cromwell, jurista, filho de um próspero ferreiro. Já Elizabeth, teve William Cecil e após a morte dele seu filho, Robert, como ministros principais. Ambos eram juristas e descendiam de uma família de comerciantes.

Porém, ainda no período Tudor, o empobrecimento de grande parte da nobreza feudal produziria dois tipos básicos de atitude naqueles que decaíam. Enquanto alguns procuravam se apoiar na Corte, ou em parentes aristocráticos de melhor condição financeira, outros passavam a gerenciar diretamente suas propriedades buscando extrair os maiores rendimentos possíveis das mesmas. Ambas saídas diminuía o respeito que se tinha em relação a essas pessoas, pois a expectativa usual que se tinha em relação aos nobres é a de que fossem guerreiros pródigos, e não *parasitas*, ou trabalhadores. Isso diminuiria a confiança que a nobreza tinha, tanto em si mesma, como por parte de seus clientes (STONE, 1977, p. 349-53). Temos aí uma das raízes dos fatores que estimulariam o Parlamento a enfrentar a Coroa, em meados do século XVII – no período Stuart a venda indiscriminada de títulos a uma série de famílias ricas (que não tinha nem o perfil guerreiro esperado da nobreza feudal, nem realizado nada de meritório ao Estado) só pôde ser realizada por que a nobreza tradicional havia ruído ao longo das disputas pelo trono do século XV e, também, com as políticas dos Tudors no século XVI (STONE, 1977, p. 51).

Além de perder o poder econômico, a nobreza feudal (predominante na *peerage*) estava perdendo território político para a pequena nobreza (os juizes-de-paz, que detinham o controle das menores unidades políticas, usualmente eram oriundos da *gentry*) e para a Coroa, pois no ambiente da Corte longe de terem o poder de pressionar o monarca – como muitos lordes do passado – estavam se tornando cada vez mais dependentes de seu apoio. As pressões que faziam sobre a Coroa se tornavam muito mais pedidos (*reações negativas* diante da decadência) que tentativas de imposições (*afirmações*

*positivas* de aspirações capazes de lhes trazer mais poder). E, amiúde, os empréstimos que faziam para manter seu modo de vida numa realidade inflacionária, acabavam lhes custando seus bens hipotecados. Os financistas e a Coroa estavam se tornando credores de uma nobreza cada vez mais dispendiosa, por um lado, e decadente, por outro:

Os tempos eram difíceis para estes parasitas e *rentiers*. A alta de preços tornou impossível a manutenção de seu antigo nível de vida, e ainda menos competirem no luxo com os príncipes do comércio. Estavam constantemente endividados, muitas vezes para com algum esperto homem de negócios da cidade, que exigia uma hipoteca sobre suas propriedades e se apoderava delas na altura do vencimento. O cortesão indigente, o jovem descendente de uma casa nobre, orgulhoso mas sem vintém, eram lugares-comuns do escárnio popular e do desprezo da classe média. Contudo, esta classe era ainda uma força social e política; o Estado estava organizado para salvaguardar os seus interesses (HILL, 1985, p. 34).

A terra, fonte primordial do poder daquela *nobreza de conquistadores* identificada por Weber, começava a se tornar um artigo de mercado conforme as condições sociais da nobreza mudavam. O aquecimento do mercado de terras foi fortemente estimulado pelos confiscos dos monastérios, entre 1536 a 1539, ordenados por Henrique VIII (HILL, 1985, p. 26-8). As propriedades confiscadas produziam um montante de rendas semelhante ao da própria Coroa, mas foram rapidamente vendidas para financiar a campanha contra a França movida pelo rei (STONE, 2000, p. 120). Dessa forma, uma grande quantidade de terras saiu das mãos da Coroa, e, por meio da venda e revenda, acabou concentrada principalmente nas mãos de investidores e especuladores interessados em tirar proveito das oscilações dos preços das terras, dos alimentos e dos têxteis (STONE, 2000, p. 130-9). Outra fonte de áreas rurais, para esse tipo de compradores, foi a nobreza feudal; que, com a proibição de manter tropas particulares, passou a vender, ou arrendar, as áreas de suas propriedades anteriormente destinadas a sustentar seus exércitos privados. Para esses lordes, essa também era uma das formas de se adequar à monetarização das rendas e custear seu modo de vida, que se tornava cada vez mais urbano, ostentador e dispendioso entre os séculos XVI e XVII (STONE, 2000, p. 155-6).

Além disso, o comportamento aristocrático no final do reinado elisabetano não era o mesmo dos tempos dos Plantagenetas, ou o dos padrões dos mitos arturianos – que inspirara a corte da dinastia Wessex (899-978) e o sentimento nacionalista galês,



fortalecido com as rebeliões entre os séculos XII a XV (de Madog a Owain Glyndwr, primo dos ancestrais dos Tudors). Os modos tidos como afeminados, no caso de muitos homens; masculinizados, no caso de muitas mulheres; e/ou afetados, de forma geral – com eventos repletos de máscaras, música, banquetes e exibições de erudição, embora ocorressem aleatoriamente nos tempos entre William I, o Conquistador, e Henrique II (primeiro Plantageneta) a Ricardo III (morto em Bosworth, em 1485), se amplificaram levando a julgamentos que demonstravam o estranhamento diante do que se via na corte de fins do século XVI, em contraste com a imagem que se esperava da alta nobreza:

Eu não penso menos que isso: sobre o quão fortes os homens foram em tempos passados, quanto eram longas suas vidas e o quão saudáveis eles eram antes de tamanha agradabilidade e futilidade, mimada curiosidade fosse inventada, sobre isso podemos ler e muitos que vivem hoje podem testemunhar. Mas agora através de nossos brinquedos afetuosos e invenções divertidas nós nos conduzimos a uma tal condição de pusilanimidade e afeminação que parecemos mais divertidas damas e garotinhas que agentes possantes e homens masculinizados, como foram nossos ancestrais (STUBBES apud AUGHTERSON, 2002, p. 181).

Esse texto é parte de um diálogo satírico, de 1583, escrito por Philip Stubbes, que ganhou imensa popularidade rapidamente. Um trabalho que “satiriza a vida social em Ailgna (um disfarce nu para Anglia), e é por isso um bom referencial para os debates morais contemporâneos quanto às mudanças sociais”, na interpretação de Kate Aughterson (2002, p. 180). Os heróis da literatura arturiana, que serviram de modelo ao imaginário de muitos nobres – não somente da Inglaterra, mas especialmente no País de Gales – tinham comportamentos bem distantes dos moldes que caracterizariam o dos pares elisabetanos. Salões rústicos, no lugar de ambientes esplendidamente decorados; cozidos e assados relativamente simples, ao invés de luxo gastronômico e pratos de regiões distantes; roupas belicosas, no lugar de trajes refinados e máscaras; narrativas de batalhas e feitos heroicos, ao invés de peças teatrais amiúde recheadas de romance, eram a epiderme revelada pelos padrões comportamentais da nobreza feudal que se estabelecera na Inglaterra pela força das armas (PASTOREAU, 1989, p. 70).

Embora seja no período Wessex que se encontrem os primeiros traços do ideário ligado aos personagens da “Távola Redonda”, foi apenas no reinado turbulento do normando Stephen que a *Historia Regum Britanniae* (1138), de Geoffrey de Monmouth, veio a lume. Após a conquista normanda, de 1066, e o início da dinastia Plantageneta

(1154), a ilha britânica e o continente europeu fortaleceram seus laços políticos, econômicos e culturais. As lendas arturianas ganharam novas versões e a língua da corte inglesa tornou-se o francês. A figura do *gentleman* ainda estava muito longe de ser formada. Ainda assim, o incentivo ao desenvolvimento intelectual e o refinamento dos gostos não era uma novidade absoluta na Corte. O rei Alfred (que ocupou o trono *em* Wessex entre 871-899, iniciando uma nova dinastia, e recuperou Londres dos invasores dinamarqueses) dedicou-se pessoalmente a traduzir várias obras do latim e a estimular a erudição (PHILLIPS, 2010, p. 29). O pai de Edward I, Henrique III, cujo reinado durou cinquenta e seis anos, também ficou conhecido posteriormente como patrono das letras, arquitetura e artes (PHILLIPS, 2010, p. 49).

Contraditoriamente à tendência de evidenciar os ancestrais e a linhagem por meio de brasões do passado, o período Tudor foi marcado pela presença de teóricos políticos que enfatizavam a *instrução* e a capacidade de *servir* ao Estado como o supremo teste e justificativa para a existência de uma classe que vivia no conforto e era assistida pelo trabalho de outros – como Thomas More e Francis Bacon. Contudo, a obsessão com a ascendência nesse período demonstra que o nascimento e a riqueza continuavam servindo como indicadores de status mais que aspectos meritocráticos (STONE, 1977, p. 18); ao mesmo tempo em que a origem sanguínea se tornava mais rara como fonte de distinção social: no medievo era comum que um nobre personalizasse seu brasão, no tempo em que os brasões se tornaram artigo de mercado era mais elitizado apresentar um brasão ancestral que cunhar o próprio. Embora o “homem mais poderoso” do reinado elisabetano tenha sido William Cecil, que ascendeu graças à sua diligência como estadista e à confiança que ganhou da rainha, homens de casas tradicionais entre os pares não viam nele alguém semelhante.

De 1485 até a decapitação do 2º Conde de Essex (Robert Devereux, executado em 1601) a Coroa inglesa várias vezes se viu ameaçada por nobres que questionavam a origem aristocrática dos Tudors como insuficiente para deter o trono. Após esse período, ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de plebeus passou à nobreza, os questionamentos sobre a legitimidade do monarca foram tecidos sobre questões como a representatividade dos interesses dos súditos e os rumos quanto ao futuro (ao invés de se assentarem sobre o passado sanguíneo como agente legitimador ou interesses da elite de sangue como primordial às políticas do Estado, como seria de se esperar em uma *nobreza de conquistadores*).

Segundo Lawrence Stone, os componentes dos padrões comportamentais da nobreza feudal inglesa eram: apadrinhamento de pessoas talentosas das classes mais baixas, vinganças familiares, empréstimo de dinheiro (de pessoas tanto mais elevadas quanto mais baixas socialmente), obrigação moral de participar da vida militar do reino, extravagância material, e divisão de heranças sem concentrar todas as riquezas no primogênito – como forma de prevenir falências e evitar a possibilidade do filho mais velho *desperdiçar* toda a riqueza da família. Apesar da tipicidade desse último comportamento, mais de três quartos das famílias dos pares deixaram herdeiras ao invés de herdeiros, no período elisabetano – outro fator que contribuiu para fomentar a grande movimentação fundiária peculiar daquele momento (1977, p. 80). A tipologia aristocrática apresentada por Stone coaduna-se com a perspectiva nietzschiana:

Os juízos de valor cavalheiresco-aristocráticos têm como pressuposto uma constituição física poderosa, uma saúde florescente, rica, até mesmo transbordante, juntamente com aquilo que serve à sua conservação: guerra, aventura, caça, dança, torneios e tudo que envolve uma atividade robusta, livre, contente (NIETZSCHE, 1998, p. 25).

Ou seja, além da valorização daquilo que é considerado bom *em si* mais do que em função de sua utilidade, o descaso com a cotidianidade dos aspectos administrativos da vida (com exceção das questões relacionadas às heranças) – entendidos como necessidades inexoráveis aos socialmente inferiores – também era precípua<sup>9</sup>.

Numa análise de longa duração, da conquista normanda (1066) à instalação da dinastia Hanover (1714)<sup>10</sup>, a elevação à nobreza de plebeus de nascimento e o empoderamento de negociantes, eruditos, administradores, clérigos e advogados se intensificou paulatinamente ao longo do período Plantageneta e, exponencialmente, entre os Tudors e Stuarts. Foi típico do comportamento dos Tudors, apesar da intensa circulação de terras entre diferentes famílias ao longo de sua dinastia, manter as suas próprias posses e redistribuir as propriedades que eram confiscadas. Esse costume se repetiu de Henrique VII a Elizabeth. Uma nova aristocracia administrativa (frequente nomeada *nobreza de toga*) emergiu enriquecida durante o reinado de Henrique VIII (1509-1547), iniciador da Reforma Anglicana; e, de Edward VI (1547-1553), o rei inglês cujo

<sup>9</sup> Por outro lado, no mundo urbano-industrial a tendência a se considerar a diligência administrativa como um valor mais categórico que utilitário é nítida especialmente do século XIX em diante.

<sup>10</sup> Que realmente efetivou o Parlamentarismo formalmente instalado já em 1688-9, ao tornar a Coroa muito mais um *símbolo* de poder do que qualquer outra coisa – com exceção do caso do rei George III, que instou o Parlamento a pressionar as Treze Colônias economicamente.

governo foi mais avesso aos católicos<sup>11</sup> (1547-1553); em grande parte pela forma como a Coroa lidou com as terras confiscadas dos mosteiros católicos.

Contudo, o comportamento de Elizabeth não foi exatamente o mesmo. Ao invés de retirar posses clericais a rainha preferia deixar essas propriedades momentaneamente inativas à Coroa em termos fiscais, como forma de favorecer seus preferidos (STONE, 1977, p. 194). O bispado de Ely foi utilizado para prover Edward de Vere [em séculos anteriores era a família de Vere que sustentava bispados, e não o contrário]: genro de William Cecil, principal conselheiro de Elizabeth; o Conde de Oxford – típico aristocrata artista-guerreiro, um dos nobres mais dispendiosos daquele período<sup>12</sup>, que sempre demonstrou desprezo pela mentalidade pragmática dos Cecil; e, posteriormente, fundeu os gastos do *gentleman* Sir Christopher Hatton, oriundo da nobreza recente. A própria alta aristocracia, quando tinha alguns de seus membros colocados na condição de *attainder*<sup>13</sup>, era usada pela Coroa para transferir terras e poder econômico.

Por outro lado, o costume de distribuir parte das terras confiscadas de um nobre acusado de trair a Coroa, sem chegar a provocar a falência completa da família atingida, foi praticado por Elizabeth em conformidade com as ações de seu pai e avô. Um exemplo que ilustra a tipicidade desse comportamento de geração a geração é o das relações entre os Tudors e os Howards, senhores do ducado de Norfolk, do condado de Nottingham e do viscondado de Bindon – os mais ricos nobres ingleses depois da família real. Quando a rainha colocou Thomas Howard na condição de *attainder*, repetiu a ação (a partir dos mesmos motivadores: suspeita de conspirar para derrubar o trono por alegar ter mais proximidade sanguínea com a antiga dinastia) que seu avô havia feito ao avô desse par<sup>14</sup>; e, que seu pai também havia feito ao pai dele. Geração após geração, os

<sup>11</sup> Provavelmente por influência dos regentes que governaram efetivamente (Edward Seymour e John Dudley, respectivamente, ambos ardorosos protestantes e anticatólicos), uma vez que Edward VI foi coroado com dez anos e veio a falecer com dezesseis sem atingir a maioridade.

<sup>12</sup> Edward de Vere, 17º Conde de Oxford, considerado posteriormente por alguns como o “verdadeiro” Shakespeare. De Vere se orgulhava do fato de sua genealogia poder ser traçada até Aubrey de Vere – nobre normando que acompanhou William I na conquista da Inglaterra. Edward viveu à bancarota por décadas até morrer, por *dar vazão* ao seu gênio impulsivo e por fazer questão de viver cultivando o ócio à maneira da antiga nobreza – era admirado como artista e militar na corte elisabetana.

<sup>13</sup> Executor de crime hediondo que ficava privado do direito de deter e transmitir títulos nobiliárquicos, uma vez que na concepção do período ser condenado por *treason* ou *felony* indicava “corrupção do sangue”.

<sup>14</sup> Thomas Howard, 4º Duque de Norfolk, foi condenado à morte por traição por Elizabeth em 1572. Seu pai, Henry Howard (primeiro poeta britânico a registrar versos brancos), Conde de Surrey, foi decapitado por traição a mando de Henrique VIII. E o pai do mesmo, Thomas Howard, 3º Duque de Norfolk, embora tenha sido rapidamente perdoado por Henrique VII – ao se desligar do grupo ligado ao Conde de Lincoln, que buscava destronar o rei que havia conquistado recentemente a coroa em batalha – foi visto com suspeição pela realeza várias vezes ao longo de sua vida de oito décadas.

Howards – constantes rivais da Coroa – viram suas relações com o monarca se deteriorar; de forma semelhante à família Dudley – constantes favoritos da Coroa – que sempre morreram desgraçados em relação à realeza.

Acusar um lorde de deslealdade e tomar suas posses não parece ter sido uma atitude motivada apenas pela astúcia e pela ganância, acusação cabível em função da repetitividade com que os Tudors desgraçaram nobres de casas amigas e rivais à sua. O tempo no qual viveram somava as memórias da guerra civil nobiliárquica das Duas Rosas com fortes tensões religiosas, entre católicos e protestantes [e entre protestantes divergentes entre si], à paranoia com alianças secretas entre pares e monarcas estrangeiros (França, Escócia, Espanha) para tomar o trono. As relações entre Thomas Howard e a Rainha Marie de Guise, (prima dos Tudors, de origem francesa, que se tornou rainha da Escócia), lhe custaram sua cabeça, na metade da administração elisabetana. Demonstrar que a menor suspeita de deslealdade não seria tolerada era essencial à manutenção do poder aos Tudors, considerando-se os contextos sociais vivenciados pela Casa que fundiu as “Duas Rosas”.

O ideal renascentista de nobreza, vivenciado na Inglaterra entre a passagem do século XVI ao XVII, justificava suas ideias de superioridade social somando origem sanguínea, de linhagem antiga, com a demonstração de mérito pessoal. Nesse ideário se fundiam comportamentos típicos da *nobreza de espada* – tendo a *linhagem* como fator diferenciador, com os da *nobreza de toga* – defendendo o *mérito* pessoal como distintivo de superioridade (STONE, 1977, p. 56). Essa fusão pode ser relacionada à concentração de poder na Coroa, que tinha no Conselho Privado<sup>15</sup> o principal instrumento para equilibrar os interesses e necessidades da realeza, dos pares, da pequena nobreza e dos comuns. Apesar da ausência de um exército nacional regular, e da estruturação de uma burocracia eficiente cobrindo todas as instâncias administrativas, Elizabeth e seus ancestrais foram bem-sucedidos em centralizar e comandar as forças sociais. Uma das mais importantes conquistas dos Tudors foi monopolizar a violência pública e privada. Essa aquisição não alterou somente as estruturas das relações políticas, mas também as da vida diária (STONE, 1977, p. 97).

Elizabeth costumava fazer vista grossa para as querelas entre seus pares, conhecedora da suscetibilidade temperamental originária de seus egos autocentrados.

---

<sup>15</sup> O *Privy Council* era o órgão político mais poderoso na Inglaterra dos Tudors e Stuarts – até a Guerra Civil e a Revolução Gloriosa, ambas do século XVII, quando o Parlamento toma esse posto.

Mas, sempre que um nobre começava a fazer uso repetida e intensamente da violência [coisa que na política Tudor só deveria caber à própria Coroa] a rainha intervia restando os conflitos e tensões – como no caso de Gilbert Talbot, Conde de Shrewsbury, que se colocou contra vários membros de sua própria família em seguidas ocasiões, nas disputas com seus diversos inimigos (STONE, 1977, p. 104). Esse conde ainda se fazia servir por *gentlemen* abastados, que respeitavam as tradições medievais relacionadas aos tratamentos sociais entre nobres e comuns. Mas, além desse tipo de tratamento, baseado num ideal de nobreza que minguava, o pensamento e comportamento em relação ao trabalho também estavam se alterando – na Inglaterra, do final do período Tudor. Não é à toa que Voltaire retrataria a aristocracia britânica como mais *produtiva* que a francesa, no século XVIII, em suas *Lettres anglaises*.

Na sociedade britânica do início da Modernidade a visão do trabalho como algo que “dignifica o homem”, tão comum no mundo contemporâneo, passa paulatinamente a se sobrepor à ideia do trabalho como uma punição decorrente do Pecado Original, da Queda do Homem<sup>16</sup>. Conforme as estradas e arredores das cidades iam se enchendo dos enxotados pelos cercamentos, e as leis contra vagabundagem se sedimentavam, a ociosidade e a dedicação aos prazeres mundanos – típicos do modo de vida da nobreza tradicional – foram cada vez mais estigmatizados socialmente. A sociedade elisabetana ainda não tinha exemplos de rejeição a esse código moral tão extremadas como as que viriam a ocorrer nos tempos dos Stuarts. Mas, já surgiam ocasiões em que comuns demonstravam publicamente seu desprezo pela maneira de viver dos pares. Elizabeth empregou substancial parte de seu tempo para encontrar *ocupações* para seus pares, e protegê-los de insultos dessa ordem (STONE, 1977, p. 349).

Ademais, apesar dos preconceitos com os conhecimentos e atividades “mecânicas”, por parte da maioria da *peerage*, Robert Dudley apoiava as pesquisas e empreendimentos de matemáticos, astrônomos e navegadores. O genial Thomas Hariot, um dos maiores expoentes da matemática e astronomia de sua época, formou um dos elos no grupo que unia os pares Philip e Robert Sidney, ao Conde de Leicester (Dudley) e Walter Raleigh. A capacidade de *unir teoria à prática*, exercida habilmente por Hariot, era um dos principais fatores que provocava a admiração de seus contemporâneos (HILL, 1992, p. 189). O acesso a uma educação letrada, por meio de escolas e universidades, aos

<sup>16</sup> Ainda que a tese de Weber, sobre as associações entre a ética calvinista e o espírito do capitalismo tenha sido dura e habilmente criticada por Trevor-Roper, em *A crise do século XVII*.

membros da *gentry* e da *yeomanry*<sup>17</sup>; a necessidade por parte do Estado de uma demanda de pessoal competente profissionalmente – independentemente da origem social; a impregnação do individualismo na mentalidade, a crença calvinista numa hierarquia espiritual determinada pelo Eleito de Deus, e a exaltação puritana da consciência privada, foram os principais fatores que afetaram atitudes relacionadas à hierarquia e obediência na sociedade secular (STONE, 1977, p. 351).

Além das passagens de terras de família a família, das tensões religiosas, e das rivalidades e transformações na produção de conhecimentos, o período elisabetano também foi caracterizado por mudanças na natureza e no grau de poder exercido pela aristocracia – um padrão de comportamento que, como já vimos, teve de ser *forçado* pela Coroa. O domínio social por meio da coerção psicológica e da violência física; amplamente praticados no período medieval; enfraqueceu na segunda metade do século XVI (STONE, 1977, p. 96). O uso da força para a realização de fins pessoais era muito comum à nobreza anterior ao século XVI.

Os referenciais de valores medievais colocavam a lealdade individual acima dos ideais de obediência à autoridade pública e devoção ao bem comum. Por isso, a violência privada era vivenciada como parte esperada do cotidiano da *peerage*. O rompimento da ordem pública com querelas nobiliárquicas era frequente até o início dos governos Tudor (STONE, 1977, p. 97). Essa violência também se manifestava nas relações dos pares com os comuns. Vários aristocratas faziam constantes empréstimos, para satisfazerem suas necessidades numa sociedade cada vez mais monetarizada. No final do século XVI um *yeoman* que se recusou a emprestar dinheiro ao filho do Lorde Stafford teve seu gado roubado e levado ao castelo da família desse nobre, como represália. Também nessa época, houve meses de luta entre Edward de Vere, Conde de Oxford, e Sir Thomas Knyvett, um dos *gentlemen* que serviam a rainha na *Privy Chamber* [Aposentos Reais]. A querela entre os dois ocorreu em função do nascimento de um filho ilegítimo desse conde com uma protegida de Knyvett. Duelos e pequenas batalhas levaram à morte homens ligados às duas facções, na cidade de Londres. Ambos se aproveitaram de sua imunidade legal e não economizaram brutalidade em seus confrontos (STONE, 1977, p. 111).

Querelas como essa eram comuns, tanto na vida da capital quanto nos campos do interior. A respeito disso afirmou Stone: “Graças à estudada neutralidade da Rainha,

---

<sup>17</sup> Grupo dos plebeus com um mínimo de poder econômico para participarem do exército real, geralmente como alabardeiros.

dois grandes cortesãos podiam cometer assassinato após assassinato em completa impunidade” (1977, p. 113); até que o poder real fosse colocado em dúvida. Todavia, Elizabeth aparentemente sabia que a natureza violenta de muitos de seus contemporâneos não podia ser contida de todo. Sabia que favorecer um lado da delicada balança *peerage/gentry* poderia ser desastroso. Afinal de contas, as relações de interdependência entre lordes e sirs estavam visivelmente mudando.

Se a violência entre os pares não demonstrasse qualquer evidência de possível traição ao monarca (ou se repetisse incontavelmente, tal qual Gilbert Talbot fazia), o *Privy Council* costumava não intervir de forma extremada na vida de nenhum dos nobres conflituosos; geralmente enviavam o líder de uma das partes facciosas para alguma missão distante, até que os ânimos se esfriassem. A precaução extremada, beirando a timidez, de Elizabeth e William Cecil, líderes do Conselho Privado, em interferir nas disputas violentas dos pares é uma das evidências da insegurança de sua posição social (STONE, 1977, p. 115).

Uma das causas das mudanças na interdependência entre lordes da alta nobreza e *gentlemen* vinha das alterações nos padrões educacionais da *gentry*. Ao invés de serem educados na mansão de um senhor do seu próprio condado, os jovens dessa camada social estavam sendo educados em suas próprias casas. Ou, acessando a cultura erudita em instituições renomadas e tradicionalmente frequentadas pela nobreza – como os Colégios de Westminster e Eton (STONE, 1977, p. 102). Essa mudança social favorecia a ascendência à *nobreza de toga*. Alguns comuns como William Cecil e Francis Bacon, fluentes nas línguas estrangeiras, Direito e Teologia, vieram a se tornarem homens dos mais influentes do reino graças a esses novos padrões educacionais.

A *nobreza de espada*, que ainda predominava nos principais cargos das Universidades de Cambridge e Oxford, embora viesse a se tornar cada vez mais letrada, intelectualizada e artística – como vimos em relação à tipicidade do ideal nobiliárquico renascentista – ainda se comportava demonstrando mais interesse pela esfera marcial e pela cultura tradicional (grego/latim/direito/teologia); a despeito de exceções como o Conde de Leicester. Dudley, tal qual Bacon e Raleigh, era ligado aos conhecimentos nascentes em sua época, bem como à defesa da comprovação do conhecimento e da valorização da experiência como meio de produção de conhecimento – e não somente da autoridade daquele que ensina. Elizabeth, embora não perseguisse ostensivamente



nenhuma corrente cultural, censurava boa parte do pensamento vanguardista de seu período, como os textos de Ramus e Maquiavel (HILL, 1992, p. 48).

A despeito desse antagonismo a respeito da produção de conhecimentos, pares e cavalheiros que conviviam com Elizabeth tinham algumas similaridades em suas preferências artísticas. Mesmo sendo poucas, havia semelhanças de gosto entre homens de origens e personalidades diversas que conviviam na Corte. Os membros do *Privy Council*, tanto ascendentes como da alta aristocracia tradicional, se comportavam de forma diferente daqueles que compunham as camadas média e baixa da *peerage* e da *gentry* – especialmente no que tange a suas relações com as pinturas. Ao invés de colecionarem apenas retratos de si mesmo e de suas famílias, o recente e crescente culto à monarquia e aos novos Estados-Nacionais, costumavam acumular pinturas de reis e rainhas dos países aos quais se relacionavam – além da coleção que contemplava a dinastia Tudor. O Conde de Leicester era dono de quadros dos monarcas holandeses, que, ele insistia no Conselho Privado, deveriam ser auxiliados em seu processo de se livrarem do poder espanhol (STONE, 1977, p. 324).

Mas esse comportamento parece ter sido apenas o sintoma cultural decorrente da expansão das relações políticas, econômicas e culturais além das fronteiras locais. A mentalidade dos mais poderosos cortesãos os empurrava a lidarem com o exterior, gostassem eles disso ou não. Entre os ideais e gostos artísticos dos cortesãos provindos dos pares e da *gentry* havia mais dissonâncias que harmonias. Especialmente se contrapusermos puritanos moralistas, como Lorde Burghley, ou Sir Francis Walsingham, com os nobres que manifestavam o típico comportamento hedonista, próprio da tipicidade do *homem categórico* – feito os condes de Oxford, Shrewsbury, Stafford ou a nata da família Howard. Esses homens ainda se compraziam em ostentar um status de superioridade social, comportamento que desagradava muitos da *gentry*, mesmo sendo apoiado por importantes sirs do reino.

### **Considerações finais**

Na passagem do século XVI ao XVII vinha ocorrendo um relativo declínio de riqueza dos pares em relação à *gentry*. A diminuição de seus territórios em termos absolutos e relativos acentuava-se; bem como o declínio de seu poderio militar em termos de homens, armas, castelos e vontade de resistir a ataques (STONE, 1977, p. 324). A

constatação dessa decadência pode ter sido um dos fatores que alimentou uma reação contrária, de afirmação da própria força social – manifestada através da ostentação luxuosa pela *peerage* secular. Contudo, no final do período elisabetano ainda havia pares capazes de atrair membros exponenciais da *gentry* para atendê-los em suas necessidades domésticas, principalmente em ocasiões especiais. Na década de 1590, Talbot, Conde de Shrewsbury, era servido por ricos *gentlemen* nos seus Banquetes de São Jorge. Sir George Booth e Sir Vincent Corbet, ambos com renda anual superior a £1.000, ainda vestiam seus uniformes de servos domésticos na mansão desse conde.

Porém, a interdependência entre pares e nobres estava diminuindo nesse período (STONE, 1977, p. 60). Fulke Greville, melhor amigo de Philip Sidney – admirado por muitos na Corte em razão de sua erudição e comportamento cavalheiresco, também observou as mudanças nas relações de interdependência entre nobreza e *gentry*: “Elizabeth não fazia seus nobres sofrerem servindo uns aos outros, nem a *gentry* de sua época costumava vestir seus uniformes de servos domésticos, como em eras anteriores” (GREVILLE apud STONE, 1977, p. 101). Uma das causas dessa aceitação de realizar um papel subserviente, por parte dos comuns, vinha do papel de proteção militar executado primordialmente pela alta nobreza. Uma das principais obrigações morais dos pares era a defesa militar dos que estavam acima e abaixo deles na escala social (STONE, 1977, p. 60).

Ainda assim, esse costume, de ser assistido por nobres e comuns, era retomado cotidianamente pela própria rainha. Grande parte da segunda metade de seu reinado foi ocupada com viagens. Os “Progressos de Verão”, de 1575, marcaram o início dessa fase (PHILLIPS, 2010, p. 372). Fortunas foram gastas em entretenimento luxuoso. Vários membros do Conselho Privado, assistidos por servos e guardados por soldados acompanhavam Elizabeth em suas viagens pelos condados afora. Embora os Tudors, movidos pelas necessidades burocráticas e administrativas, tendessem a passar a maior parte do ano nos arredores londrinos; viajar pelo interior tinha fins de fazer propaganda positiva do governo e reafirmar a autoridade da Coroa (STONE, 1977, p. 209). A história inglesa está cheia de exemplos de homens que tentaram exercer o poder de forma tão arbitrária que acabaram, com isso, atraindo ferrenha oposição e declinando socialmente, como Richard Neville, *The King Maker* (STONE, 1977, p. 97).

Encorajando a competição e a busca por recompensas entre seus cortesãos Elizabeth se aproveitava das ambições individuais para criar uma constante disputa em

torno de quem era mais leal e empenhado, mais generoso no apoio a seus projetos e no patrocínio a homens brilhantes menos favorecidos. Essas disputas individuais acabavam agrupadas em facções que partilhavam ideias e objetivos similares. Temos como exemplo o caso do núcleo que se formou entre Walsingham e Leicester de um lado, contraposto ao de Cecil e Bacon, por outro. Com os primeiros buscando amiúde o caminho da violência e da guerra, temerosos dos “perigos da paz” e os últimos procurando preservar a diplomacia e as vias legais como forma de sedimentação do poder do Estado (STONE, 1977, p. 192).

Havia uma intensa competitividade entre os membros da alta aristocracia e os magnatas da *gentry* para impressionar a rainha com hospitalidade luxuosa e suntuosidade arquitetônica. O maior dos desafetos de Cecil no *Privy Council*, Robert Dudley, gastou cerca de £1.000 (quantia equivalente à renda anual de membros abastados da *gentry*) diariamente nos dezoito dias em que recebeu Elizabeth em sua fortaleza em Kenilworth. Esse castelo, presente da soberana ao mesmo, havia sido uma fortificação construída no condado de Warwick pelos normandos ainda no século XII. O Conde de Leicester readaptou sua estrutura arquitetônica, adicionando várias vidraças e janelas, para que a construção passasse a servir mais para fins de entretenimento que para defesa contra cercos (PHILLIPS, 2010, p. 369).

A mobilidade social daquela época era impulsionada, muitas vezes, pela própria monarca. Pares caíam em desgraça e novos cavaleiros e lordes surgiam da *gentry* em função da Coroa. Cultivar o afeto de Elizabeth era um dos principais fatores motivadores dos comportamentos cortesãos. Mesmo assim, num período em que se observavam alterações no poder econômico de *peerage* e *gentry*, ao mesmo tempo em que faltavam herdeiros masculinos e muitos nobres morriam desgraçados como *attainders*; títulos de nobreza podiam ser vendidos, comprados ou tomados – conforme determinasse a realza. Todavia, a conquista de títulos nobiliárquicos por dinheiro ao invés de mérito, em número crescente e a muitas pessoas consideradas de valor moral duvidoso, foi menor no período elisabetano que no restante da Modernidade – até por que Elizabeth foi extremamente parcimoniosa na distribuição de títulos.

Conhecer o padrão de comportamento dos pares e atuar de forma lúcida em relação ao mesmo era essencial para Elizabeth, nas suas relações entre as famílias tradicionais e ascendentes – que circulavam pela Corte e no Conselho Privado. A grave crise social que solaparia a aristocracia em meados do século XVII já começava a dar

seus primeiros sinais. Da mesma forma que a Coroa tinha de se prevenir contra o fortalecimento social excessivo de pares tradicionais, o enfraquecimento exagerado da nobreza concomitantemente com o enriquecimento progressivo da *gentry* também poderia ser perigosíssimo. A mudança de atitude em relação aos arrendatários da nobreza, que passavam a fornecer dinheiro ao invés de força humana, sinalizava um afrouxamento dos laços sociais de origem feudal.

As dificuldades dos pares de influenciar eleitoralmente a *gentry*, devido às novas concepções políticas e religiosas do início da Modernidade, também eram uma evidência do agravamento da crise da aristocracia tradicional. Assim como a preferência por uma vida extravagante em meio urbano no lugar de passar a vida praticando hospitalidade rural, padrão comportamental promovido pela própria alta nobreza, a distanciava dos padrões sociais de seus ancestrais. E, para agravar a situação, o crescimento da distância social e oposição ideológica – de acordo com Trevor-Roper – entre Corte e País, era cada vez maior. Londres e os condados; no que diz respeito à teoria constitucional, métodos e escalas de taxações, formas de valorações, gostos estéticos, proibição financeira e moral da sexualidade; tornavam-se cada vez mais estranhos entre si – no final do período elisabetano (STONE, 1977, p. 351).

As diversas causas responsáveis por essa queda de prestígio relacionam-se entre si e tiveram reflexos como provocadores de mudanças ou sintomas das alterações no padrão comportamental dos pares. A vida na Corte tendia a fazer com que os nobres deixassem de passar o tempo no campo, no qual era mais fácil surgirem arruaças e rebeliões. O cotidiano recheado de cerimônios e as rodas de intrigas acabavam centrando a atenção na Coroa, que dessa forma, tinha sua autoridade reforçada (STONE, 1977, p. 217). O *Privy Council*, dominado por Elizabeth e pelos Cecils, atuava como força centralizadora do poder e de regulação social: contendo os ímpetos de violência e despotismo político-econômico, dentro do possível, e também de forma a evitar perder o apoio completo da alta aristocracia numa sociedade que principiava a se urbanizar e ter homens de negócios, *burgueses*, cada vez mais poderosos.

A raiz do poder econômico *burguês* remonta ao crescimento das cidades relacionado ao desenvolvimento das feiras e rotas comerciais medievais, acentuado progressivamente a partir do século XI. Mas, as políticas que os Tudors empreenderam para controlarem a Igreja, e diminuírem o poder da nobreza feudal, favoreceram ainda mais aquele setor social. A reforma empreendida por Henrique VIII (1529-1540), e a

monopolização da violência iniciada por seu pai (1487), alterou a estrutura fundiária (HILL, 1985, p. 27-30) e o poder sócio-político aristocrático. Paralelamente, a rede comercial inglesa se expandia (América, Rússia, Índia, somavam-se às áreas do Báltico e dos Países Baixos, com os quais os ingleses já comercializavam seus têxteis). Além das exportações de tecido, o mercado inglês passava a importar cada vez mais produtos de áreas especializadas em artigos de luxo, como a Turquia (HILL, 1985, p. 40). Outro fator que favorecia o desenvolvimento da economia de mercado era o crescimento populacional (após o fim do longo período de epidemias e más-colheitas do final da Idade Média), que fez a população inglesa dobrar do início do século XVI a meados do XVII.

Parte do grupo que enfrentou Carlos I descendia de famílias que haviam sido fundamentais para a consolidação da monarquia Tudor, segundo Hill: “Durante o século XVI, sob a dinastia dos Tudors, os avós dos parlamentares de 1640 tinham sido os mais firmes defensores da monarquia” (1985, p. 14). Isso porque as principais políticas daqueles governantes: diminuição do poder social da nobreza, estabelecimento de segurança interna para estimular as atividades comerciais, afastamento do poder da Igreja Católica e da Espanha, permissividade e estímulo da pirataria; estavam de acordo com os interesses *burgueses*. Mas, a incongruência entre as práticas políticas e as políticas econômicas da Coroa, na dinastia seguinte, em relação aos ideais e necessidades das “classes capitalistas” (que se concentravam na Casa dos Comuns no Parlamento) colocaria os netos dos parlamentares dos tempos dos Tudors em guerra contra o rei (HILL, 1985, p. 15).

Dessa forma, a “[...] a Corte da Inglaterra, outrora tão provinciana, tornara-se, sob a rainha Elizabeth, a mais requintada da Europa [...]” (TREVOR-ROPER, 2007, p. 103) e o *homem categórico*, que apresentamos inicialmente, identificável em exemplos como Edward de Vere, Henry Howard, Gilbert Talbot, deu lugar a homens que valorizavam aspectos utilitaristas da existência, como William Cecil e Francis Bacon, ou a nobres que agiam a partir da perspectiva de homens de negócios (como George Villiers, Duque de Buckingham: orientando James I a criar duzentos títulos de baronete, titulação inventada por Villiers, para fundear o minguido tesouro inglês do início do século XVII).

A *nobreza de conquistadores*, que se revezara milenarmente em solo inglês (bretões, romanos, saxões, normandos) não foi capaz de sobreviver à Guerra das Duas Rosas e aos Tudors e Stuarts [internamente] nem de conter as transformações socioeconômicas

trazidas pelo crescimento e internacionalização dos negócios [interna/externamente]. “A casta nobre sempre foi, no início, a casta de bárbaros: sua preponderância não estava primariamente na força física, mas na psíquica” (NIETZSCHE, 1992, p. 170); partindo desse pressuposto nietzschiano podemos identificar tais características nobiliárquicas nos povos que conquistaram a Inglaterra até os normandos, ou, talvez até mesmo no caso da conquista familiar galesa que levou o primeiro Tudor ao trono inglês. Após isso, a partir das dinastias de Hannover e Windsor, não haveria mais *condições* para homens como o 17º Conde de Oxford, Henry Howard ou Gilbert Talbot existirem enquanto grupos sociais. Graças às atuações dos Tudors e Stuarts, ou em função de forças sociais impessoais? Ambos, talvez?

### Referências

- AUGHTERSON, Kate. **The English Renaissance: an anthology of sources and documents**. Padstow: Routledge, 2002.
- COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1979.
- FLETCHER, Anthony; STEVENSON, John. **Order & Disorder in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HILL, Christopher. **Origens intelectuais da Revolução Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa 1640**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhem. **Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhem. **Genealogia da Moral: Uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PASTOREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da tábua redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PHILLIPS, Charles. **The complete illustrated encyclopedia of Royal Britain**. London: Hermes House, 2010.
- SKINNER, Quentin. **Visions of Politics: volume II; Renaissance Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- STONE, Lawrence. **As causas da Revolução Inglesa**. São Paulo: Edusc, 2000.
- STONE, Lawrence. **The crisis of aristocracy: 1558-1641**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- TREVOR-ROPER, Hugh. **A Crise do Século XVII: Religião, a Religião e Mudança Social**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

ZIERER, Otto. **Pequena história das grandes nações: Inglaterra**. São Paulo: Linoart, 1978.

Recebido em: 10 de agosto de 2017.

Aprovado em: 08 de dezembro de 2017.